III Congresso Histórico Internacional

25 a 27 de outubro de 2023

AS CIDADES NA HISTÓRIA: ECONOMIA

CIDADE MEDIEVAL

2023

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
III Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Economia

VOLUME II
Cidade Medieval

COORDENAÇÃO
Antero Ferreira
Alexandra Marques

REVISÃO
Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património

DESIGN GRÁFICO
Maria Alexandre Neves

DATA DE PUBLICAÇÃO
Dezembro de 2025

ISBN (OBRA COMPLETA)
978-972-8050-85-6

ÍNDICE

A cidade: a economia de mercados e a comercialização da sociedade 7
Maria Helena da Cruz Coelho

Economia familiar de um mosteiro urbano: o caso do Mosteiro de São Dinis de Odivelas (séc. XIII-XIV) 29
João Correia da Conceição

Santiago de Compostela: núcleo urbano, ciudad santa y centro económico en el siglo XV 51
Carlos Andrés González Paz

Os judeus nas dinâmicas económicas dos núcleos urbanos medievais do Norte de Portugal (séculos XIV e XV) 65
Maria do Carmo Ribeiro
António Pereira

O diálogo entre D. João II e o concelho de Lisboa: reflexões preliminares sobre um tema complexo 93
Amélia Aguiar Andrade

Entre o tinir do ferro e o cintilar do ouro: Dos que manejam os metais na Guimarães Medieval (Sécs. XIV-XV) 115
Aires Gomes Fernandes

Taxar, recolher e gerir: um olhar sobre as finanças do concelho de Loulé através dos seus ingressos (1375-1518) 139
Gonçalo Melo da Silva
Catarina Rosa

A cidade de Braga e a sua periferia: sobre a exploração agrária das propriedades da mesa capitular de 1466 a 1510 177
Thiago Tolfo
Maria do Carmo Ribeiro

La judería de la ciudad de León durante la Plena Edad Media 211
Raquel Martínez Peñín
Carlos Fernández Rodríguez
María Natividad Fuertes Prieto
Eduardo Ramil Rego
Raúl González González

La Hermandad General En León (1477-1504)
Principales conflictos en torno a su implantación y desarrollo **241**
Laura Díez Gutiérrez

Quando a cidade paga ao seu bispo: a fiscalidade episcopal
em Lisboa no tempo de D. Lourenço Rodrigues/
D. Lourenço Martins de Barbudo (1359-1364) **271**
Mário Farelo

A cidade de Braga e a sua periferia: sobre a exploração agrária das propriedades da mesa capitular de 1466 a 1510

Thiago Tolfo
Maria do Carmo Ribeiro

A CIDADE DE BRAGA E A SUA PERIFERIA: SOBRE A EXPLORAÇÃO AGRÁRIA DAS PROPRIEDADES DA MESA CAPITULAR DE 1466 A 1510

Thiago Tolfo
Universidade do Minho
thiago_tolfo@yahoo.com.br

Maria do Carmo Ribeiro
Universidade do Minho
mcribeiro@uaum.uminho.pt

Resumo

O presente estudo visa abordar aspetos relacionados com a exploração agrária das propriedades do cabido bracarense em Braga e na sua periferia, entre finais do século XV e início do século XVI. Com base no *4º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga* (1466-1510) analisam-se os diversos modos de ocupação e exploração dessas propriedades, com enfoque nos interesses do emprazador e do foreiro na atividade produtiva, a fim de estimar a extensão de terrenos cultiváveis e o volume cerealífero, expressos em alqueires e almudes para grãos e vinhas, assim como a criação de animais. Além disso, identificam-se e quantificam-se as espécies frutíferas e as florestais, como os sobreiros, carvalhos e castanheiros, procurando compreender a dinâmica do uso da terra. Com o intuito de mapear locais de exploração agrária nas propriedades do cabido de Braga, entre 1466 e 1510, este estudo faz uso da informação icnográfica e gráfica disponível. Procura-se, deste modo, contribuir para a análise da relação entre cidade e a periferia, assim como para a compreensão da economia urbana medieval.

Palavras-chaves: Braga; Cidade e Periferia; Propriedades Rurais; Exploração Agrária; Séculos XV e XVI.

Introdução

O estudo da relação entre a cidade de Braga medieval e a sua periferia imediata é um tema ainda pouco abordado na historiografia. Saliente-se, no entanto, a investigação realizada em temas mais amplos, principalmente em relação às propriedades rurais e aos seus rendimentos (Barros, 1998; Carvalho, 1999; Cerqueira, 1998; Nogueira, 1998)[1].

Porém, torna-se fundamental aprofundar o conhecimento acerca da compreensão da paisagem rural, da dinâmica produtiva, dos seus agentes produtores e, sobretudo, da relação de complementaridade e interação que se estabeleceu na Idade Média entre o campo e a cidade. Importa colocar em evidência a periferia urbana na exata medida em que representou uma vasta área de plantio, cultivo e processamento de bens essenciais, interligados em diferentes aspetos a um centro de abastecimento maior, a cidade de Braga.

Por esse motivo, é essencial formular novas questões para abordar essa relação e os desafios que lhe foram sendo colocados. Neste sentido, entende-se que a cidade medieval estabelece um diálogo com o mundo rural na própria estruturação do seu habitat, cuja expressão de ruralidade se manifesta em pequenos espaços agrícolas intramuros, assim como em jardins, exidos, hortas e pequenas parcelas destinadas a vinhas, olivais e acanhados terrenos de semeadura (Menjot, 2006: 3).

Todavia, a conexão entre a cidade e o campo é vital para o seu abastecimento, proveniente, maioritariamente, das áreas produtivas circunvizinhas. Trata-se, contudo, de uma relação dialética, de múltipla dependência, seja por interesses económicos, através da comercialização e das relações de trabalho, seja pela distinção social e domínio territorial. Sendo

1 BARROS, Ana Andrea Soeiro (1998) A Aquisição e gestão de bens pelo Cabido de Braga na primeira metade da centúria de Trezentos (1300-1350). Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Baga, Portugal; CARVALHO, Cristina Maria Peixoto (1999) O Património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal; CERQUEIRA, José Salgueiro (1998) A exploração económica das propriedades do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1465-1515). Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal; NOGUEIRA, Alexandra Maria Monteiro (1998) Formação e defesa do património do cabido de Braga nos finais da Idade Média (1351-1500). Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

certo que o *modus vivendi* nas cidades está invariavelmente dependente das atividades agrícolas, as relações que estabelecem com as imediações contribuem de forma decisiva para o seu desenvolvimento económico e para a sua dupla função, enquanto centro de produção e consumo (Menjot, 2006: 2).

As inúmeras atividades que se incluem no abastecimento variam de cidade para cidade, uma vez que as dinâmicas sociais também se diversificam, além de que os fatores geográficos, climatológicos e da disponibilidade de recursos são desiguais. Ainda assim, é possível identificar alguns padrões de abastecimento, já que muitas propriedades implantadas no campo eram controladas e exploradas pelos seus donos, enfiteutas e foreiros, ou qualquer outro agente que beneficiasse das condições para a integração dos diversos sistemas de produção rural (Vandermotten, 2010). Em muitos casos, esses indivíduos residiam na cidade, onde estendiam os resultados da produção fundiária em atividades comerciais, como a venda das suas mercadorias a particulares e nas feiras.

Partindo, então, do pressuposto de que a cidade medieval e a sua vizinhança rural não constituíam dois mundos separados, onde não existem cedências – cuja coexistência seja baseada em ruturas – mas, pelo contrário, são complementares, o presente trabalho tem por objetivo abordar precisamente algumas questões relacionadas com a exploração agrária das propriedades do cabido bracarense na cidade de Braga e na sua periferia imediata durante a passagem do século XV para o XVI.

Nesse sentido, procedemos à seleção das propriedades localizadas dentro de um raio de 5 km, cujo limite natural a norte se encontra definido pelo rio Cávado, desempenhando a Ponte do Prado uma passagem muito importante, permitindo ligar Braga ao centro urbano mais próximo, a vila de Prado. Este perímetro também compreende a maior abrangência de caminhos e estradas que conectavam a periferia com a cidade. Dessa maneira, mesmo quando alguns locais se encontravam a uma distância consideravelmente afastada de Braga, revelavam uma notável facilidade de acesso para o transporte de mercadorias. Esta circunstância torna-se evidente pelo facto de os escrivães, ao detalhar o entorno das propriedades, as associarem frequentemente com os caminhos de circulação[2].

Para a localização espacial das propriedades rurais nas imediações de Braga, bem como para identificar as suas características gerais, como a dimensão, o setor nuclear, os edifí-

2 Abaixo, dois exemplos ilustrativos:
Em 1498, cerca de meio quilómetro, havia uma Leira de vinha, que são dois quinhões, um do cabido e outro do Casal de Bretas, onde a leira que está inserida: "[...] chegua asy a do cabijdo como a de bretas des o rrijo atees o caminho que vem da cidade pera os moynhos do bretas [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo do Cabido da Sé de Braga*, fl. 9v).
Em 1510, também no Casal de Montelhos, fala-se do caminho de São Frutuoso, que liga a cidade de Braga e vai por uma estrada até Prado, cuja ponte está a 5,5 quilómetros de distância e, muito possivelmente, correspondia a antiga via XIX, que ligava Braga a Ponte de Lima: "[...] huum campo a que chamam dos çoromenheiros que he todo cerrado ssobresy .scilicet. de huum cabo do agyam parte per o camjnho que vem de sam fruytosso pera a estrada que vay pera prado E do poente parte per outro camjnho que tambem vay de sam fruytosso per a estrada [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 152v).

cios de criação de animais e os terrenos de produção, recorremos ao *4° Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga*[3]*, datado cronologicamente entre 1466 e 1510*. Além disso, procedemos à comparação com os dados auxiliares constantes em outras fontes documentais, nomeadamente os contratos de emprazamento dos *Livros de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga*[4], mas também com as informações iconográficas e cartográficas disponíveis. Referimo-nos à gravura vulgarmente designada por *Mapa de Braunio,* de 1594[5], e ao *Mappa da Cidade de Braga Primas*[6]*,* datado de meados do século XVIII, assim modo às primeiras representações cartográficas rigorosas que datam do século XIX, nomeadamente a planta executada pelos militares Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel[7], na escala de 1/4000 e ao mapa da autoria de Francisco Goullard[8], na escala 1/500, realizado entre 1883/1884. O cruzamento destes dados permitiu-nos uma melhor compreensão na formulação de hipóteses de geolocalização de algumas propriedades mais próximas à muralha (até 1 km), e uma noção geográfica das propriedades mais afastadas (até 5 km).

1. Breves considerações histórico-geográficas de Braga e seu entorno

A região onde a cidade de Braga se situa, estrategicamente importante entre os rios Douro e Minho, beneficia de boas condições hídricas e topográficas, encontrando-se limitada a norte pelo amplo vale do rio Cávado, cuja veiga se estende até às cercanias da cidade, e a sul por uma orografia acidentada, delimitada pelas linhas de fraturação por onde correm o rio Este e o seu afluente, a Ribeira da Veiga, com a presença de relevos dominantes, incluindo o Sameiro, o Monte Frio e o Monte Falperra (Martins *et al*., 2011). O local era igualmente beneficiário de uma considerável rede de caminhos naturais que para aí convergiam, existentes seguramente desde a proto-história, alguns dos quais se irão converter em vias até aos nossos dias (Ribeiro e Martins, 2002).

O núcleo urbano medieval de Braga, implantado sobre o quadrante nordeste da cidade de *Bracara Augusta*, fundada no século I a.C., constituía um couto eclesiástico desde o século XII. À semelhança do que ocorre em outros bispados e instituições eclesiásticas,

3 Este tombo apenas refere algumas propriedades fundiárias de Braga, abrangendo localidades mais afastadas, como Barcelos e Ponte de Lima, muito embora, como já referido, nosso intuito foi centrar-se num entorno mais imediato.

4 A.D.B., *Livros de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga*.

5 *Mapa da cidade de Braga de 1594* (Mapa de Braunio) – Braun, Georg. nova BRACARAE AUGUSTE defcripio. In "Civitates Orbis Terrarum", Colonia, Alemanha, 1572-1618, 6 vol.

6 *Mapa da cidade de Braga Primaz (1756-57)* – André Ribeiro S[oares da] Sylva. – Braga: Câmara Municipal, 2015.

7 *Mapa do século XIX* – Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel – Planta da Cidade de Braga. IIGC-29-Cartas Antigas da Mapoteca.6.4.3.-385. 1/4 000. 18. Impresso.

8 *Planta de 1883/1884 – Planta Topográfica da Cidade de Braga de Francisque Goullard* (1883/84), 30 folhas, Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga, 1:500.

o património da Igreja bracarense era constituído maioritariamente por domínios rurais e fundiários e, principalmente, pela arrecadação dos Dízimos, que recaíam sobretudo na produção agrícola, sendo igualmente importante considerar as receitas provenientes das rendas das propriedades que o cabido catedralício trazia emprazadas por toda a arquidiocese. No caso da cidade, para além das propriedades distribuídas pelas ruas urbanas, o cabido possuía igualmente inúmeras propriedades na zona periurbana, destinadas essencialmente à exploração agrícola (Marques, 1988).

O desenvolvimento do espaço urbano medieval intramuros acompanhará as sucessivas fases de construção e alargamento do perímetro amuralhado até ao momento em que serão definitivamente fixados os seus limites, no século XIV, favorecendo, deste modo, a paulatina formação do sistema viário e a consequente edificação das parcelas que lhe são contíguas (Ribeiro, 2008).

Em simultâneo com a evolução do espaço urbano desenvolve-se a ocupação e exploração do território extramuros, condicionadas pela persistência dos eixos viários antigos, articulados com a cidade romana, e pela existência de aglomerados populacionais desenvolvidos em torno das antigas basílicas paleocristãs, agora convertidas em igrejas, como é o caso das paróquias de S. Vítor (a nordeste), S. Vicente (a norte) e de S. Pedro de Maximinos (a sudoeste), situados a cerca de 1 km do núcleo amuralhado, constituído pela Sé (Ribeiro, 2008).

Nos finais do período medieval, o coberto vegetal de Braga era formado, na sua maioria, por árvores de folha caduca, especialmente os carvalhos e castanheiros. Em menor quantidade, iniciava-se um processo de reflorestação com pinheiro-bravo (Melo e Ribeiro, 2012: 133), existindo também referências a sobreiros, amieiros, sabugueiros, vimeiros, freixos, oliveiras, nogueiras, entre outros. Esta diversidade vegetal estava alinhada com os recursos hídricos e geológicos que influenciavam a qualidade dos solos da região do Entre Douro e Minho (Melo e Ribeiro, 2012: 132). Além disso, Braga estava situada em uma das regiões de maior pluviosidade de Portugal, ao mesmo tempo que se encerrava numa zona de abundantes recursos hídricos que integram, a norte, a bacia hidrográfica do Rio Cávado, e a sul, a bacia hidrográfica do Rio Ave.

Estas características geomorfológicas e climatológicas explicam, em parte, porque a zona periurbana da cidade era revestida de uma extensa área rural fértil. Desde o início do período medieval a cidade traduz esse retrato rural, onde existiam caminhos, campos, vinhas, hortas, como no caso da "vinea da corredoira" (referenciada no ano de 1161), o lugar dos chãos, a corredoira, o campo das hortas ou do carvalhal (Carvalheiras), seja bem pelo limitado número de casas de morada mencionadas para a periferia urbana (Ribeiro, 2008).

2. As propriedades rurais nas imediações de Braga

Os dados contidos no *4º Livro de Tombo da Propriedades do Cabido da Sé de Braga*, assim como as informações registadas nos *Livros de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga* situam as propriedades mencionadas em áreas muito próximas das cidade, nas imediações da muralha medieval, como é o caso das *Hortas de Braga*, em zonas mais afastadas, num raio de até 2 Km do centro amuralhado (Sé), como é o caso dos Chãos, dos Pelames e da Ribeira do rio Este, e em freguesias mais longínquas, como Dume, Esporões, Ferreiros, Gualtar, Lomar, Nogueira, Palmeira, São Frutuoso (Real), São Paio de Merelim, São Vítor e Panóias, couto do Mosteiro de Tibães (Anexo 1)[9].

Essas propriedades eram designadas como moinhos, lugares, quintãs, casais e, em alguns casos, o cabido emprazava terrenos que não estavam adscritos às respetivas propriedades, nomeadamente três leiras e uma devesa. Além disso, estes terrenos podiam estar inseridos no domínio de outros detentores de bens fundiários ou em espaços de exploração específicas, como as Hortas da cidade.

Entre as propriedades mencionadas, indubitavelmente, o "casal" destacava-se como a unidade de exploração agrária mais prevalente nos arredores de Braga. O "casal", amplamente abordado na historiografia (Gonçalves, 1981; Coelho, 1983; Conde, 2000), especialmente por André Evangelista Marques para a região do Entre Douro e Lima (Marques, 2008, 2009, 2017)[10], por José Ángel Garcia de Cotazár e Maria Luz Ríos Rodríguez no espaço geográfico galego e castelhano (García de Cotazár, 1989, 1990, 1998, 1999, 2004; Ríos

9 O Mosteiro beneditino de São Martinho de Tibães recebeu sua carta de couto, pelo conde D. Henrique, em 07 de março de 1110 (A.N.T.T., *Ordem de São Bento, Mosteiro de São Martinho de Tibães*, mç. 1, n.º 1); era um território importante para ordem que, naquele momento, se desenvolvia economicamente, pois as suas terras se estendiam por uma várzea com solos férteis e bem irrigado, bem como um coberto vegetal importante, próximo ao rio Cávado (Fontes, 2010: 9), e a uma rede de vias locais e regionais provenientes do epicentro Braga, cuja área do couto fazia fronteira com o termo da cidade e as suas propriedades rurais em Panóias, São Paio de Merelim e Semelhe.

10 MARQUES, André Evangelistas (2008a) O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200). Noia (A Corunha): Editorial Toxosoutos; MARQUES, André Evangelista (2009) Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: o casal e o processo de senhorialização do Entre Douro e Lima (906-1200). In GONÇALVES, Iria, coord., *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. IV. Povoamento e População*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, p. 166-207; MARQUES, André Evangelista (2012) Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico. Tese de Doutoramento. Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Rodríguez, 1990)[11] referia-se a uma unidade de exploração agrária e familiar de dimensões variadas, a partir de um núcleo habitacional e de produção.

Sem aprofundar as questões lexicográficas do termo, importa mencionar que este vocábulo remonta ao século X, apresentando uma pluralidade de significados. No entanto, para o propósito deste contexto, adotamos uma definição que corresponde a uma estrutura de exploração avançada e consolidada para o século XV (Marques, 2017: 210). Tomando Braga como exemplo, a sua flexibilidade e adaptabilidade abrangente permitiram que prosperasse em diversas condições, tornando-se uma unidade fundamental de povoamento rural ao longo de extensos períodos (Marques, 2008b: 9).

Neste sentido, pudemos contabilizar para Braga 23 casais, a maioria localizada entre 2 a 3 km da cidade (Anexo 2).[12] As freguesias de São Martinho de Dume (Dume) e Nogueira eram possuidoras da maior quantidade, com quatro e três casais, respetivamente. Essas unidades apresentavam uma estrutura semelhante, porém diferente em alguns aspetos, como particularidades no posicionamento e conformação da zona nuclear, bem como na tipologia dos edifícios que a compunham, correspondendo diretamente à natureza da produção animal, lavradia, e, mormente, pela sua dimensão.

No que se refere à extensão dessas propriedades, não foi possível calcular os metros quadrados, devido ao costume dos escrivães do cabido de delimitá-las mediante o conhecimento ocular do período. Mesmo com a presença comum de cercas, geralmente acompanhas por uma "Porta Fronha" ou cancelas, que limitavam as superfícies agrárias, não nos fornecem os elementos necessários para apurar a área circunscrita. De igual modo, as que não eram delimitadas por cercas, apenas mencionam os terrenos componentes, dificultando ainda mais a fixação dos seus limites[13].

---

11 GARCÍA DE COTAZÁR, José Ángel (1989) Percepción y Organización Social del Espacio en la Castilla del Siglo XII. *Finisterre*, XXIV / 47, 5-37; GARCÍA DE COTAZÁR, José Ángel (1990) *La sociedade rural en la España medieval*. Madri: Siglo Veintuno Editores, 2.ª ed; GARCÍA DE COTAZÁR, José Ángel (1998) Sociedad y organización social del espacio castellano en los siglos VII al XII. Una revisión historiográfica. In HIDALGO, Maria José; PÉREZ, Dionisio; GERVÁS, J. R., ed., *Romanización y Reconquista en la Península Ibérica: Nuevas Perspectivas* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 317-337; GARCÍA DE COTAZÁR, José Ángel (1999) Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII. GARCÍA DE COTAZÁR, José Ángel, ed., *Del Cantábrico as Duero: Trece estúdios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. Santander: Universidad de Cantabria / Parlamento de Cantabria, p. 15-48; GARCÍA DE COTAZÁR, José Ángel (2004) *Sociedad y organización del espacio en la España Medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada.
Para o caso galego ver: RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz (1990) El casal medieval galego – contribuición al estúdio de una unidad de poblamiento y exploración (siglos XI e XIII). In *Atas del Coloquio de Santiago de Compostela – La Coruña – Pontevedra – Vigo – Betanzos*. Madri: Sociedad Española de Estudios Medievales – Galicia en la Edad Media, p. 179-189.

12 Cabe mencionar que estes casais são aqueles estudados no *4º Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga* (1498-1510). Certamente havia mais propriedades, como é o caso do Casal da Cónega, contudo, limitamo-nos a trabalhar apenas aqueles ligados a esta fonte, uma vez que é o único documento que fornecesse a informações necessárias para complementaridade do nosso estudo, isto é, a organização das propriedades e a sua forma de exploração.

13 Propriedades que eram delimitadas sem cerca: Devesa de Palmeira, a parte do Casal de Urjães que está entre os Pelames, os Moinhos de Abraão (Rio Este) e o prado do Arcebispo. Propriedades que eram delimitadas por cerca: o Lugar Acima dos Chãos, o Casal de Souro Mouro, o Casal que está nos Chãos, o Casal da Gandarela, o Casal de Souro Mouro e o Lugar da Porta de Santiago.

Por outro lado, destaca-se uma peculiaridade intrigante, a saber, o termo designado por "jerico", que ainda permanece à margem da atenção historiográfica[14]. O cabido fornece detalhes sobre as dimensões de uma leira localizada num "jerico". Ela se encontrava em lata de vinha e abrigava uma figueira, revelando-se notavelmente extensa, com 39 côvados na orientação Norte/Sul e 30 côvados no sentido Este/Oeste, sugerindo, assim, uma disposição retangular[15].

Quanto à organização dos "jericos", suscita-se uma incerteza sobre se seguiam esse padrão específico, ou seja, se consistiam em leiras de vinhas quadriláteras dispostas em latadas, arborizadas ou não. Infelizmente, este é apenas um indício que, de alguma forma, nos proporciona um vislumbre de uma extensa área circundante, de aproximadamente ½ hectare de terra adjacente à muralha, imediatamente nas proximidades da Porta Nova, a noroeste da cidade.

Acrescentamos, ainda, uma última consideração sobre as propriedades rurais. Era comum que se estabelecessem num perímetro específico, e, independentemente de este ser circundado, os terrenos nele incluídos não obrigatoriamente pertenciam ao mesmo casal, situando-se em outras localidades ou sendo misto com outras propriedades[16]. Esta circunstância lança luz sobre o caso do Casal de Urjães, já que nem todos os terrenos de lavra pertenciam a mesma área geográfica onde se localizava a zona nuclear, pois, situavam-se também ao sul, entre os Pelames, os Moinhos de Abraão[17] e o Prado do Arcebispo.

Em outras palavras, por um lado havia terrenos nas cercanias dos edifícios de produção, a exemplo do Campo das Tijelas, que se encontrava a uma ribada[18] e fazia fronteira, acima, com uma herdade que foi do estalajadeiro Pero Gonçalves. Não obstante, este casal possuía algumas leiras em localidades consideravelmente afastadas, a saber, uma leira que era duas "esterroadoira",[19] situada atrás da igreja de São Vicente, a Norte/Este, outra na Agra da Escoira, acima dos Chãos, também próximo a São Vicente, um carvalho no caminho que vai de São Vicente para Palmeira, e uma leira de devesa que está em Cones, na direção Norte/Oeste.

---

14 Também se evidencia outros jericos, que são muitos, e é de herdeiros e do concelho, e são mencionados de modo a referenciar a cerca de parede que está no "Casal que está nos arrabaldes dos Chãos" (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 76v).

15 A leira teria as dimensões de 25,97 metros de comprimento por 19,8, totalizando uma área de 514, 2 m^2.

16 A título de exemplo refira-se o casal de Montelhos (Montélios) que era místico com o Casal que emprazava Brás Afonso. Em outros termos, a interação entre estes dois resultava na presença de terrenos de um casal dentro do outro ou em partilha (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 155v).

17 Os pelames bordejavam a sul o rio Este.

18 Indica que estava a uma margem do rio Este.

19 Sobre esta terminologia presente na documentação, não foi possível encontrar referências na literatura que pudessem esclarecer o seu significado. No entanto, ao considerarmos que, na documentação, "esterroadoira" corresponde ao volume de produção ou ao espaço de semeadura de uma leira (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 52), somado ao facto de que a escrita se assemelha a palavra "desterradora" – um aparelho utilizado para desterrar –, é plausível atribuir à "esterroadoira" uma conotação semelhante à ideia da ação de cavar a terra, algo análogo a "homens de cavadura".

Esta particularidade encontra explicação quando trazemos à tona uma questão previamente ponderada por Alberto Sampaio (1979),[20] e posteriormente revista por Iria Gonçalves (1981: 61-63), quando esta investigadora reconhece que, para o homem medieval, era habitual utilizar o termo "casal" para expressar um conjunto de terras, sem critérios de categorização, cuja fixação dos seus terrenos não necessariamente se estabelece no mesmo local.

2.1 O espaço nuclear das propriedades rurais

Vimos como as propriedades agrárias do cabido estavam distribuídas e qual era a tipologia mais costumeira, o "casal"[21]. Porém, observamos *grosso modo* que essas propriedades compunham um complexo produtivo interpretado por nós como a zona nuclear. Em relação aos "casais", de maior recorrência na documentação, Maria Helena da Cruz Coelho (1983: 102-103) qualifica-os como um conjunto de exploração, nos quais a parcela que incluía a casa do caseiro era considerada a cabeça, ou seja, o "centro dominador e aglutinador do conjunto", enquanto os terrenos de lavra formavam o restante do corpo. Essa reflexão encontra respaldo em um exemplo específico para a realidade circundante bracarense, onde a zona nuclear do casal era muito diversificada, podendo estar situada em partes estratégicas da propriedade, abarcando, principalmente, pequenas vinhas, em latadas e bacelos[22], bem como alguns pequenos espaços de lavra, cujo uso se fazia em função da qualidade do solo, como é o caso de uma herdade no "campo do casal", junto às casas, que levava 3 alqueires de sementes e era uma "boa terra"[23].

20 SAMPAIO, Alberto (1979) Estudos históricos e económicos: as vilas do norte de Portugal, 2.ª edição. Lisboa: Editorial Veja, vol. 1.

21 Se desconsiderarmos os itens correspondentes apenas aos terrenos de lavras, umas leiras que havia nas "Hortas de Braga" e uma "devesa" de Palmeira, e contabilizarmos apenas as unidades de exploração, isto é, as grandes propriedades, como os Assentamentos com os seus terrenos, Lugares, Moinhos, Quintãs e Casais, o Casal equivaleria a cerca de 80% das propriedades (23/29).

22 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl.59.

23 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 66.

Todavia, esta parcela podia ser constituída a partir de uma variedade de componentes, que incluía a "Porta Fronha" ou a cancela, que, habitualmente, representava a entrada principal, onde se iniciava e encerrava a cerca[24]. O resto do espaço era preenchido pelo assentamento de casas, composto por um conjunto de edifícios ou estruturas de produção. Representavam o ambiente de trabalho da matéria agrícola colhida no campo e onde se alojava o caseiro, seja numa casa de moradia ou numa torre, que em alguns casos servia de morada[25].

De um modo geral, estes edifícios eram designados como casas[26], mas exerciam funções muito variadas, dentre as quais havia aquelas destinadas ao armazenamento e secagem – como as adegas[27], os celeiros[28], os guarda moios[29], os palheiros[30], as eiras[31] e os estendedouros[32] –, os de tratamento – como os lagares para espremer as uvas e as olivas[33], e os moinhos para moagem de grãos[34] – aqueles para o propósito de abastecimento e transfor-

24 Elencamos o exemplo do Lugar da Porta de Santiago, onde a cerca inicia "E aa dita porta se começa huu*m* muro de parede E vay arredor do camjnho que vay p*e*ra sam marcos [...]", e quando termina "E vay outra vez [*sic*] topar na dita casa E porta honde começou [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 130v).

25 Podemos citar o exemplo do Casal que está nos Chãos onde a parede da cerca "[...] uem topar e*m* hu*m*a torre q*ue* esta aa porta fronha e*m* que soya de morar m*ar*tym esteuez E aly se acaba a dita çerca [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 76v); ou exemplo é no Casal de Montelhos (Montélios) onde há "hu*m*a casa torre sobrada a mayor p*ar*te [*sic*] della *e* toda telhada E co*m* hu*m*a taypa no meo / a qual o dito alu*a*ro p*i*riz telhou *e* sobradou" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 115).

26 De facto, existe menções apenas a "casas", sem identificar a sua real funcionalidade. Na documentação, estas casas podiam ser pequenas, terreiras, colmadas ou telhadas, novas, ou casas-torre sobradadas, casa bem pegada ou mesmo uma "casa que serve de tudo", assentada no Casal de Pereiras (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 63v, 76v, 83v, 115v, 120, 123, 127, 129, 141, 148).

27 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 50, 76v, 83v, 123, 127, 141, 147.

28 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 9v, 32v, 123, 146, 148.

29 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 123.

30 Regularmente faziam parte de uma casa colmada, com uma divisória, onde era palheiro e lagar. Também costumavam estar junto a uma eira o ao redor dela, podendo ser grande ou pequeno. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 9v, 29v, 32v, 47v, 63v, 76v,115v, 120v, 127, 129, 141, 52).

31 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 32v, 47v, 120v, 127, 152.

32 O único estendedouro encontrado estava localizado nos Moinhos do Salgueiro. Era cercado de sebe e valo. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 59v).

33 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 9v, 47, 50, 59v, 63v, 64v.

34 A única menção a moinhos destina-se a propriedade dos Moinhos do Salgueiro, localizados na beira do rio Este, próximo a Ponte Pedrinha, entre as atuais freguesias de Lomar e Ferreiros, cerca de 2 km de Braga (A.D.B. *4º Livro de Tombo*..., fl. 59v). De igual modo existia também os Moinhos de Abraão, situados ao logo do rio Este, desde o fim da Passagem dos Pelames até a Ponte que vai para Guimarães. A proximidade destes moinhos a um curso fluvial, nos faz admitir a existência, em Braga, de moinhos de engenharia hidráulica. O conhecimento da engenharia hidráulica já era difundido em Portugal desde o século XV, cujo primeiros vestígios remontam ao período da reconquista, entre os séculos XII e XIII (Trindade, 2014: 368 e 379).

mação – como as fontes[35] e um rego d'água com timão –[36], além das cozinhas[37], dos fornos[38], os resios[39] e as hortas, onde se cultivava as hortaliças[40]. Cabe ainda salientar a existência de estruturas cobertas por telhados de colmo, porém, sem paredes, os alpendres, cuja finalidade era proteger e resguardar no seu interior os lagares[41].

É, ainda, interessante notar que alguns destes edifícios ajuntavam a parcela de algumas casas na própria cidade de Braga, como os celeiros, adegas, fontes e/ou poços e torres e/ou casas-torre, indicando um certo equilíbrio entre as ruturas e permanências de valores, costumes e atividades do campo na cidade.

Integravam, ainda, as instalações em desuso, ou destruídas por abandono. Logo, era muito comum a existência de alicerces de madeira ou de parede[42], que foram, em outros tempos, casas. Além disso, a documentação regista a existência de casas derrubadas que são chãos[43], de pardieiros, pardieiros em terra[44] ou alicerces de pardieiros[45]. Quando o escrivão não conseguia identificar a natureza edílica dos escombros, era dito que havia "coisas degradadas"[46].

Em última instância, ressaltamos que não foi possível avaliar a dimensão da área abrangente. Em contrapartida, realçamos um caso único referente ao assento de casas, que funcionava como "cabeça" das herdades da freguesia de São Paio de Merelim, em Cacavelos, o novo, situado junto de uma mamoa. Esse complexo compreendia uma casa terreira telhada, um curral de gado, uma eira com um palheiro ao seu redor, um pomar contendo 29 árvores fruteiras e, à parte, um grande carvalho, além de 103 fruteiras e salgueiros com vides. A totalidade deste conjunto media 28 varas de largura e 44 de comprimento, equivalendo a 1,491 hectares. Vale ressaltar que, apesar das fontes não

35 Podiam ser em poço ou não (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 33, 51v, 62v, 76v).

36 Localizado no Casal de Filim, provavelmente tratava-se de sulcos artificiais, por onde escorria água e era manualmente controlada a sua direção (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 120v).

37 Estavam presentes em praticamente todas a propriedades, o que sugere ser casas essenciais para a engrenagem da vida no campo. Na sua essência eram telhadas, colmadas, ou metade telhada e outra colmada, quando não uma cozinha grande partida ao meio por taipas. (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 9v, 29v, 32v, 47v, 50, 63v, 64, 64v, 123, 141, 145, 148, 152).

38 A documentação aponta apenas a um forno no Casal da Ribeira. Não se sabe ao certo a qual função de cosedura ele era destinado, mas, certamente, tratando-se de um forno rural, próximo a uma área de passagem do rio Este, rodeado de importante zonas de semeadura, nomeadamente o próprio casal, assim como o Lugar da Porta de Santiago, sugere que este forno atendia a cosedura de pães, puros ou meados, ou a outros serviços. Até o momento, a par os fornos situados dentro da cidade, este é o único exemplar que identificamos nos documentos. (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 9v).

39 Parece corresponder a um espaço ou terreno que circunda o centro de produção da propriedade. Por outro lado, também pode ser uma derivação da palavra "rossio".

40 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 25v, 123, 149.

41 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 32v, 47v, 50, 63v.

42 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fls. 1, 51v.

43 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 59v.

44 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 129v.

45 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 108.

46 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 130v.

fornecerem dados comparativos, essa área sugere uma extensão significativa, proporcionando uma perspetiva singular sobre a escala dos terrenos de exploração agrária a ela pertencente.

2.2 Categorização das formas de exploração animal

As construções destinadas à criação e exploração animal eram, na sua maioria, parte do assentamento de casas do núcleo habitacional de produção. Como era de se esperar, o contexto rural medieval bracarense adotava uma diversidade de terminologias para caracterizar essa prática, embora algumas delas careçam de plena clareza. Nesse sentido, procedemos à categorização das formas de exploração mais prevalentes: os pombais e as terminologias relacionadas com a noção de curral.

Identificamos cinco pombais, localizados no Casal de Sepetelos[47], no Lugar que está Acima dos Chãos[48], no Casal de Souro Mouro[49], na Quintã de Santa Maria a Branca[50] e no Lugar da Porta de Santiago[51], posicionados junto às vinhas. Essas pequenas unidades de produção, na sua maioria integradas no entorno do assentamento de casas, desempenhavam o papel de centros de criação de pombos, contribuindo, expressivamente, para a economia rural, sobretudo na produção de estrume. Este, caracterizado por seu elevado valor fertilizante, constituía uma valiosa fonte de nutrientes para os terrenos de lavra e as hortas adjacentes (Vergueiro, 2016: 55).

Algo parecido podemos dizer sobre a criação de porcos, considerando a utilização dos dejetos como adubo para o solo. As fontes documentais fazem referência à tipologia dos espaços onde eram abrigados, em ambiente fechados, tais como casas e casinhas de porcos ou cortelhos, uma espécie de estábulo pequeno destinado à recolha do gado porcino.

Quanto ao aproveitamento do porco, este era mais abrangente, viabilizando diversos setores de manipulação animal, como o consumo da carne, a produção de embutidos, o uso do toucinho para conservas, além do potencial de transforação proporcionado pelo trabalho do couro. Tal como se verifica para outras realidades, apesar da pouca menção a esta espécie na documentação, é muito provável que o consumo de carne suína fosse bastante comum (García Sánchez, 1994: 281-282). De modo análogo, temos poucas referências à criação de aves, nomeadamente as boas e "recebondas" galinhas, capões e frangos.

47 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 25v.
48 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 33.
49 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 50.
50 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 129
51 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 130v.

Porém, dado que serviam como parte do pagamento dos bens emprazados, tanto urbano quanto rural, a sua exploração parece evidente, assim é certo que o homem medieval estava muito habituado à prática da avicultura nos diferenciados espaços.

Assim, para além dos cortelhos, deparamo-nos com outras terminologias, denominadas "corte" ou "cortelha" de gado. A cortelha, cuja raiz tem proveniência no latim clássico *cohorticula* (pequeno curral), destinava-se ao gado miúdo, nomeadamente o lanar e o caprino[52], muito embora se registem exceções, como é o caso de uma cortelha pequena no casal de Montelhos, onde eram alojados bois e porcos[53]. Este é um caso singular, e explica-se, assim pensamos, pelo facto deste casal ter um perfil de ganadaria que se sobressai às outras propriedades. Logo, tendo em conta a abundante atividade pecuária, possivelmente compartilhavam-se alguns espaços de criação de gado[54].

Destacamos ainda o predomínio das estruturas classificadas como "cortes" de gado, termo oriundo do latim clássico *cohors*[55]. Eram uma sorte de curral onde se criava o gado de porte maior, nomeadamente o *vacum*, o cavalar e o muar[56]. Sabe-se, contudo, que estas espécies animais, podiam, ainda, ser abrigadas em estruturas denominadas de "quinteiros", com funcionalidade semelhante às cortes, pois, de igual modo, tratava-se de um tipo de curral ou terreno localizado próximo ao assentamento de casas (Barreiro, 1995). Por vezes, nessas estruturas, o gado era disposto em compartimentos, como no caso de um quinteiro grande no Casal do Cabo e outro, novo e igualmente grande, no Casal de Filim[57].

52 Straviz (s.d.) *Dicionário Estraviz*. Acessado as 11:30 e disponível em: <<https://estraviz.org/Cortelha>>.

53 "*Jtem* logo Junto da dita corte hu*m*a cortelha pequ*e*na q*ue ser*ue de bois *e* de porcos" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 152)".

54 Temos o exemplo de outra cortelha pequena, neste mesmo casal, "q*ue* tambe*m ser*ue de q*ue* querem" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 152)".

55 Porto Editora (2021) *Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim*, pp. 81.

56 Straviz (s.d.) *Dicionário Estraviz*. Acessado as 11:30 e disponível em: <<https://estraviz.org/Corte>>.

57 *4º Livro de Tombo*..., fls. 84v-83 e 120.

Quadro 1. Propriedades de exploração animal

Propriedade	Edifício / espaço produtor	Espécie
Casal da Ribeira	4 cortes	Vacum, cavalar ou muar
Casal de Montelhos	Casa	Porcino
Casal de Cacavelos	2 cortes	Vacum, cavalar ou muar
Casal do Ribeiro	2 cortes (colmadas)	Vacum, cavalar ou muar
Casal da Lama	2 cortes	Vacum, cavalar ou muar
Casal de Souto Mouro	Curral (grande e colmado)	Gado (indefinido)
Moinho do Salgueiro	3 cortes (com uma casa colmada)	Vacum, cavalar ou muar
Casal da Lagea	2 cortes	Vacum, cavalar ou muar
Casal do Gontijo	Curral (grande e colmado); Corte	Vacum, cavalar ou muar
Casal do Vilar de Gradoira	2 cortes	Vacum, cavalar ou muar
Casal nos Chãos	3 casinhas	1 Porcino e 2 Vacum, cavalar ou muar
Casal do Cabo	Canteiro (grande e compartimentado)	Vacum, cavalar ou muar
Casal de Filim	Canteiro (é um curral grande, novo e compartimentado); Casa (é uma corte pequena)	Vacum, cavalar ou muar
Assento de Casas em Palmeira	2 Currais	Vacum, cavalar ou muar
Quintã de Stª Mª a Branca	4 cortelhas (2 são pequenas e colmadas)	Caprino ou lanar
Casal de Su Ribas	Curral (casa colmada)	Vacum
Casal de Pereiro	Canteiro (colmado)	Vacum, cavalar ou muar
Casal de Montelhos	Corte (grande e colmada); 3 Cortelhas (2 são pequenas)	Porcino e Vacum; Gado (indefinido)

2.3 Os grandes terrenos de lavra: explorando as terminologias agrárias

A identificação dos diversos terrenos que compunham as propriedades rurais de Braga constituiu-se num desafio, tendo em conta a terminologia utilizada para referenciar as diferentes áreas de exploração agrária. As áreas maiores, constituídas por parcelas de lavras menores, frequentemente se confundem, dada a grande variedade de termos utilizados e a polivalência do seu significado, incluindo termos como "agra"[58], "agro"[59], "bouça"[60], "campo"[61], "jerico", "seara"[62] e "terra"[63]. Estes vocábulos são usados para identificar o tipo de propriedade, mas também podem estar relacionados com o seu uso,

58 Deriva da palavra latina *ager*, por isso coincidia a grandes terrenos onde se cultivava a terra. Assim como os campos, podiam conter vários componentes da paisagem rural, como as leiras, talhos, árvores, entre outros (Barreiro, 1995), ainda que as agras eram espaços abertos, já que a documentação não relata nenhuma agra que fosse cercada.

59 Também eram campos cultiváveis, porém, menores que as agras (Barreiro, 1995).

60 Área de pastagem e lavragem.

61 Podiam ser cercados ou não, por exemplo, o Campo do Fontão, na Quintan de Santa Maria a Branca, que era cercado por valos (A.D.B., *4º Livro de Tombo do Cabido da Sé de Braga*, fl. 128v).

62 A "Seara das Regueiras", em Palmeira (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 123v).

63 A "Terra Agroeira", que era grande, no Casal de Filim (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 122).

como é o caso da "agra dos trigais"[64], da "agra pereira"[65], da "agra dos fornos"[66], da "devesa do carvalho"[67], e das vinhas em geral. Ou ainda com o seu desuso, como o "campo dos Soromenheiros"[68].

Além disso, existem aqueles que eram caracterizados pela sua natureza física (Conde, 2000: 192), como era o caso dos "lameiros"[69], "atoleiros"[70] e das "veigas"[71]. Seguindo esta lógica, as referências a estes terrenos rurais eram, por vezes, acompanhadas de adjetivos. Por exemplo, o "campo grande e bom"[72], o "campo longo"[73], a "bouça velha"[74], entre outros. Também, com frequência, se verifica que eram referenciados por topónimo, como a "agra de São Martinho"[75], a "agra da Senrela"[76], a "agra de Lamoso"[77], a "bouça do penedo"[78], o "campo diante à porta"[79], o campo conhecido como "Granjinho"[80] e o "campo do Momeiral"[81]. A informação aportada pelo nome antigo do lugar é extremamente importante para a geolocalização destas propriedades rurais, muito embora subsistam dúvidas quanto à sua correspondência exata na atualidade.

Existiam, ainda, outros exemplos mais específicos, que optamos por não listar, uma vez que o nosso intuito é avaliar o seu potencial de semeadura e não empreender um rol extenso destas nomenclaturas. Neste sentido, torna-se imprescindível a identificação das parcelas que compunham esses terrenos mais amplos.

Em primeiro lugar, por meio de uma análise interpretativa, conseguimos associar aqueles ligados às vinhas, e unicamente destinados ao cultivo da uva e, predominantemente, associados à elaboração do vinho. Neste grupo, destacam-se as latadas, seguidas das vinhas de pé, que, costumeiramente, eram retratadas como uveiras ou videiras em

64 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 153.
65 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 1.
66 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 10v.
67 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 153.
68 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 152v.
69 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 148v.
70 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 152-152v.
71 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 1-1v.
72 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 21v.
73 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 47v.
74 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 50v.
75 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 2.
76 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 130v.
77 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 34.
78 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 26v.
79 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 21v.
80 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 150v.
81 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 65.

carvalho, as quais entendemos serem uma forma análoga à espaldeira de vinha. Por outro lado, identificamos algumas leiras, que poderiam ou não ter o perfil voltado à viticultura, além dos "recantos"[82], e os bacelos, que acreditamos estar destinados a germinação de novos brotos, na medida em que eram apoiados por pequenas varas[83], a fim de disseminar um novo plantio através de novas videiras (Unwin, 2005).

Quanto às áreas destinadas à semeadura, o léxico utilizado difere do empregado para as vinhas, com exceção da leira. Dentre estas, deparamo-nos com as "herdades", definidas por características e proporções diversas, frequentemente configurando um património transmitido por herança (Jiménez Gómez, 1975: 117 – 118), cujas porções podiam ser partilhadas entre os herdeiros, conhecidas como "quinhões"[84]. Também eram identificados os pedaços de "bouças", campos ou terras, os "talhos", os "bicos" e "biquinhos", os "fios", os "lameiros", as "peças", os "tacos", e os quinhões, estes últimos podiam ser fragmentados, resultando em parcelas de dimensões reduzidas, por vezes estreitas[85], resultado de constantes partilhas, seja por doações, vendas (Conde, 2000: 179 e 201) ou escambo. Ainda, se anotava as "vessadas", áreas de solo fértil que eram aradas por uma junta de bois[86].

As parcelas que compunham os terrenos de maior extensão eram constituídas por aproximadamente 70% de leiras, ou 80% quando consideramos os talhos como equivalentes a leiras, conforme mencionado em um documento que equipara o "talho do Salgueiro" a uma leira, situados na "agra das Cavadas", situada no Casal de Pereiras[87]. Em número mais reduzido, encontramos os bicos, fios, lameiros, herdades, pedaços de campos, quinhões, peças, tacos, talhos e as vessadas (Mapa 1).

A documentação por nós compulsada não traz à luz a dimensão destas propriedades, apenas sugere, de modo abrangente, por meio de aumentativos e diminutivos, a sua proporcionalidade, como, por exemplo, um campo longo, grande ou pequeno, ou, ainda que raramente o seu formato, redondo, quadrado ou em chave.

---

82 Os dois casos que consultamos sugerem a existência de uma área destinada à viticultura. A documentação regista um recanto de dimensões reduzidas, composto por 3 a 5 uveiras, situado acima de um marco no Campo do Prado, no Casal de Sepetelos. Essa referência alude a um espaço isolado ou mais afastado, seja dentro do campo em questão ou da propriedade em si (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 126). Ao explorarmos a etimologia da palavra "recanto", identificamos a sua origem no termo latino *reconditus*, que significada "escondido", ou no latim vulgar *recanthus*, que dará origem ao próprio termo (*Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim*, 2021: 429).

83 A terminologia remonta ao latim vulgar "*bacellus*", o diminutivo de "*baculum*" ou "*bacillum*", que significava bastão ou vara (*Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim*, 2021: 58), como reportado na mitologia àquele utilizado por Mercurio, também conhecido como o caduceu de Hermes (Grimal. 2020: 223).

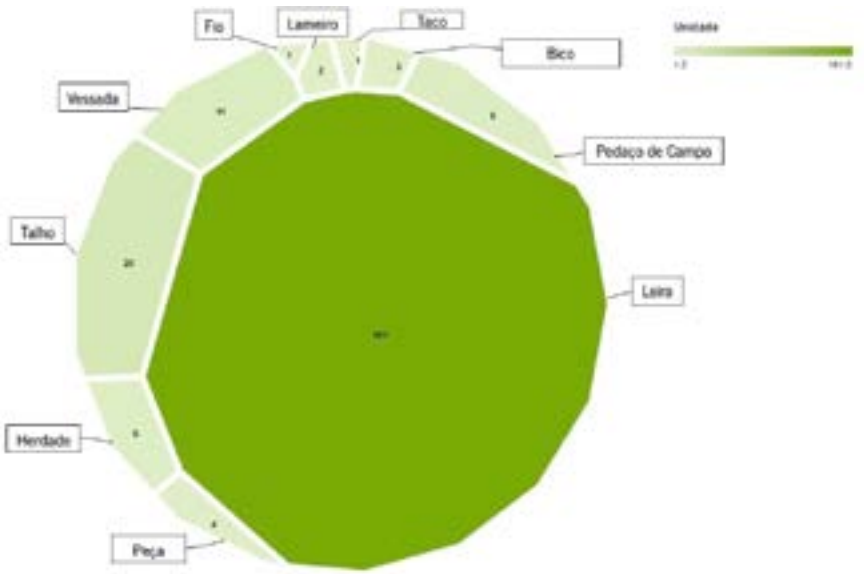
84 Sobre a origem da palavra quinhão ver: Antonini, Mauro (2013) Sucessão Necessária. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, pp. 18.

85 A semântica da palavra sugere a sua proporcionalidade. O fio, condiz com um fio de terreno, o bico, com uma parcela em formato de bico, e o talho como um terreno que era talhado, originando outra forma. Ainda a peça era usado para descrever uma subdivisão de terra (Lorenzo, 1977).

86 A palavras "vessada" é uma evolução fonética do termo latino *vexāta*, particípio passado de *vexāre*, correspondente a "arar", isto é, trabalhar com o arado.

87 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 148.

Mapa 1



Distribuição dos terrenos de lavra nas imediações de Braga com Base no 4.º Livro de Tombo na transição dos séculos XV para XVI. (©T.Tolfo via Rawgraphs)

2.4 A produção cerealífera - estimativa e limitações

As terras anteriormente mencionadas, não obstante a sua morfologia e dimensão, revelam uma notável assimetria em relação ao potencial de semeadura. Esta disparidade é justificada pela prática dos representantes da mesa capitular, que, ao concluírem a vedoria de uma propriedade, estipulavam a quantidade de sementes que poderiam ser semeadas em um alqueire. Em outras palavras, indicavam a capacidade de semear numa área medida em alqueires, ao mesmo tempo que definiam se eram propícias ou inadequadas para a agricultura. Um exemplo ilustrativo é o pedaço de campo denominado "Campo da Quinta", situado no Casal da Ribeira, nos Pelames, ao sul da Porta de Santiago, cujo esforço de lavra equivaleria a 15 carros de esterco e, se estercado, resultaria em uma boa vessada[88].

88 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 10.

Por outro lado, as fontes documentais não precisam a tipologia cerealífera cultivada, exceto quando se referem às vinhas, e, mesmo nestes casos, não fornecem informações sobre a variedade das castas. Porém, é pertinente destacar duas observações. Nos *Livros de Prazos* era comum o escrivão ou notário apostólico registar os rendimentos pagos em pão de trigo ou meado, ou seja, de centeio e milho. Considerando a contemporaneidade destes documentos, podemos inferir que a colheita destas tipologias de grãos era uma prática comum[89]. Para corroborar esta evidência, o *4º Livro de Tombo* menciona que no Casal da Ribeira, havia um campo que estava sobre uma carreira e proporcionava 12 carros de esterco de trigo[90]. Já no Casal de Sepetelos podia-se semear 24 alqueires de centeio[91], e no Lugar que estava Acima dos Chão existiam herdades de milho, todas devidamente cerradas sobre si por paredes, matos e sebe[92]. Importa ainda atestar o cultivo da linhaça em algumas leiras, com mais incidência nas Hortas de Braga, cujo alcance resultava na produtividade de 3 alqueires de semeadura por ano, distribuídos em 3 leiras que trazia emprazadas o pregoeiro da cidade[93].

Portanto, sem dispor de informações precisas sobre a categorização dos grãos semeados, entendemos ser apropriado realizar um balanço da sua produção, dado que costumeiramente nos deparamos com terrenos que compartilham a mesma nomenclatura. Nesses casos, é comum mencionar a quantidade estercada, expressa em "carros de esterco"[94], ou, alternativamente, a semeadura de grãos em "alqueires", resultando, frequentemente, em quantidades distintas. Frisamos, também, que o nosso cálculo não representa de maneira fidedigna a capacidade de adubagem ou a produção de grãos por ano, visto que, em alguns casos, uma estimativa era fornecida, como indicado em uma vessada de um campo no Casal de Souro Mouro, toda cercada sobre si pelo rio, por cômoros e matos, que comportava 17 ou 18 carros de estercos[95].

89 Na Quinta da Azenha, em Lamaçães, Afonso Martins, sua mulher e seu filho ou filha, pagaram de renda, foro e pensão "[...] cada huu*m* anno ao dito cabjdoo em paz E em saluo trinta alq*ueire*s de pam *.scilicet*. Cinq*uo* alq*ueire*s de trijgo E doze *e* meo de Centeo E doze *e* meo de mjlho mais huu*m* p*ar* de galjnhas /. [...]" (A.D.B., *2º Livro de Prazo das Propriedades do cabido da Sé de Braga*, fl. 195v).

90 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 9.

91 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 26.

92 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 33.

93 Sobre a linhaça: também se semeava 1 alqueire numa leira, na agra da Carvalha, no Casal de Cacavelos, meio alqueire, em um bico, no Campo das Tijelas, no Casal Cornelha e 1 alqueire num jerico no Casal de Montelhos. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 29v, 30-30v, 52, 116).

94 Determinar a quantidade equivalente a um carro de esterco apresenta-se como uma tarefa desafiadora, em razão da lacuna de dados disponíveis nas fontes. A falta de registos, especificamente para este contexto, se reflete, igualmente, na literatura especializada, muito embora podemos pressupor tratar-se de uma tipo de carroça destinada ao transporte de esterco e/ou estrume, proveniente das fezes dos animais presentes em currais, cortes, cortelhos, cortelhas, pombais e casas de porcos, como anteriormente mencionado. Este material, ao desempenhar uma função de fertilizante, enriquecia o solo dos terrenos de lavra.

95 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 50v.

Sendo assim, quanto ao potencial de adubagem, a soma total de todas as propriedades levantadas varia entre 972,5 a 973,5 carros de esterco, com os valores mais elevados encontrados em São Martinho de Dume e São Frutuoso, nomeadamente no casal de Souro Mouro (196,5 ou 197,5 c.e.) e de Montelhos (130 c.e.), seguidos pelo Casal da Ribeira, nos Pelames (128 c.e.). No que se refere às quantidades em alqueires de semente, totaliza-se uma média produtiva anual de 632 a 688 alqueires de sementes, sendo mais significativa no Casal de Filim, em Esporões (196,5 ou 197,5 aqls.), e no Casal de Montelhos, em São Martinho de Dume (93, 75 a 103,75 alqs.), respetivamente nas zonas Noroeste (+- 3km) e Sudeste (+- 5km).

A quantificação destes dados, nomeadamente a sua distribuição tanto de carros de esterco quanto de alqueires em sementes, permite verificar que o cabido nunca atribuía, simultaneamente, essas duas medidas de capacidade a um mesmo terreno. No entanto, parte destas propriedades, especificamente aquelas correspondentes aos alqueires, pode ser deduzida com base nos cálculos apresentados por João Costa (2013: 204) derivados da obra "Introdução à História da Agricultura em Portugal", de António Henrique de Oliveira Marques (1968: 109-110)[96]. Seguindo esta lógica, a área de produção de grãos de sementes, em Braga, se ajustaria, apenas para os terrenos em alqueires, um total de 164,85 a 175,75 hectares.

Em última análise, assinala-se que este levantamento revelou uma notável concentração da atividade agrícola nas proximidades circundantes da cidade, em um raio médio de aproximadamente 1 km (Anexo 3). Verifica-se, igualmente, que as áreas de maior extensão se situam na região entre São Frutuoso (Real) e Dume, mais afastadas do epicentro urbano. Isso não exclui, no entanto, áreas ainda mais afastadas e isoladas de grande capacidade produtiva, como no Casal de Filim, e as propriedades em Palmeira. Importa destacar, igualmente, a diversidade de cultivos, como o trigo, o centeio, o milho e a linhaça, evidenciando a complexidade das práticas agrícolas em Braga.

2.5 A produção vitivinícola

O levantamento e estudo dos terrenos destinados ao cultivo da uva em Braga, cujo desfecho consistia na fixação da produção em almudes de vinho, permitiu, no âmbito da viticultura, evidenciar que, na maioria das situações, as informações acerca do número de almudes de vinho estavam correlacionadas com a quantidade de homens de cavadura (Castro, 1964), associada à ação de remover a terra e criar cavas para preparar a vinha

96 O cálculo baseia-se nas informações retiradas do tombo da comarca da Beira, do século XIV, com estimativas para Trancoso e Linhares, cuja correspondência é de 79 hectares para 309,25 alqueires. A partir disso, equiparamos 1 alqueire a 0,25545 hectares.

(Barreiro, 1995). Deste modo, também foi possível estimar a área equivalente em hectares, onde 1 homem de cavadura corresponderia a aproximadamente 300 m² (Castro, 1964: 226). Quanto aos almudes, segundo informa Luís Seabra Lopes (2000: 616), aquando da uniformização empreendida por D. Afonso V em todo reino, 1 almude de vinho passou a equivaler ao redor de 20, 960 litros[97].

Ao burilarmos os nossos dados, somamos um total de 147 a 148 homens de cavadura, cuja extensão de terra lavrada para produção de vinho alcançaria os 44,1 ou 44,4 hectares. Tal número, bastante expressivo, possivelmente era superior, pois, em alguns casos, a documentação apenas referia a terra em homens de cavadura ou o volume de vinho anual. Apoiando-nos no sistema de medidas de D. Afonso V, que buscou uniformizar os pesos e as medidas do reino, Luís Seabra Lopes (2000: 616) estimou em cerca de 20,960 litros o almude de vinho, cuja referência nos leva a um total que se estabelece entre 1268 a 1307 almudes, no que representaria um montante aproximado de 26.577,28 a 27.394,72 litros de vinho.

Quadro 2. Espaço e produção de vinho

Espaço	Área	Propriedade	Homens de cavadura	ha	Almudes de vinho
2/3 leira	Pedaço de Vinha	Casal da Ribeira (Pelames)	2	0,6	10
1 quinhão	Vinha pequena	Casal da Ribeira (Pelames)	2	0,6	20
-	Vinha pequena	Casal de Montelhos (São Frutuoso)	8	2,4	70
Um pedaço de devesa	Devesa	Casal de Montelhos (São Frutuoso)	Não ind. (65 carros de esterco)	Não ind.	60 ou 70 de vinho
Latada	Junto a 5 pardieiros (núcleo)	Casal de Sepetelos (Acima dos Chãos)	Não ind.	Não ind.	15 de vinho
-	Vinha	Casal de Sepetelos (Acima dos Chãos)	6	1,8	30 de vinho
-	Vinha	Casal do Ribeiro (Ferreiros)	5	1,5	30 de vinho
-	Vinha	Lugar de [...] (nos Chãos)	12	3,6	30 de vinho
-	Não ind.	Lugar de [...] (nos Chãos)	Não ind.	Não ind.	30 de vinho
Campo	Metade do campo	Casal do Cidi	1	0,3	6 a 8 de vinho
Devesa	Bacelo (vinha)	Casal do Cidi			2 almudes

97 Em 1521, D. Manuel adotara as mesmas medidas e pesos da cidade de Lisboa para o resto do reino (*Ordenações Manuelinas*, liv. 1, tit. 15, § 24). Tal iniciativa, já tentada com D. Afonso V, representou o corte definitivo com a tradição metrológica do Noroeste (Costa, 2013: 183).

Lugar da Mainha	Leira de vinha	Casal do Cidi	1/2	0,15	5 ou 6 almudes
Vinha	-	Casal do Cidi	5 ou 6	1,5 ou 1,8	25 de vinho
-	Leira de Vinha	Casa do Cidi	3	0,9	20 de vinho
-	Bacelo	Casal do Cidi	3	0,9	13 de vinho
Vinha	Latada e de pé	Casal do Souto Mouro	8	2,3	100 de vinho
Latada e vinha de pé	Vinha	Casal de Urjães (Próximo aos Pelames)	3	0,9	Não ind.
Latada e vinha de pé	Vinha	Casal Cornelha (Nogueira)	1	0,3	6 a 8 de vinho
Latada e Uveira em Carvalho	Vinha	Moinhos do Salgueiro	Não ind.	Não ind.	6
-	Vinha (grande, nova e boa)	Moinhos do Salgueiro (Termo de Braga)	8	2,4	Não ind.
Latada	Pedaço	Casal da Lagea (Gualtar)	Não ind.	Não ind.	20 de vinho
Latada	1 Cortelho de Vinha	Casal da Lagea (Gualtar)	1	0,3	8 de vinho
½ Latada	Cortelho da Chousa	Casal da Lagea (Gualtar)	Não ind.	Não ind.	2 de vinho
Talho de Vinha	Vinha (ou "Vinha das Latadas")	Casal da Lagea (Gualtar)	1/2	0,15	10 de vinho
-	Latada alta e boa	Casal do Gontijo			80 de vinho
Campo da Vinha	Latada de vinha	Casal do Gontijo			8 almude
-	Latada	Casal do Vilar			2 almudes
Resio	Latada de Vinha	Casal do Vilar			30 almudes
Vinha	Leira	Casal do Vilas	2	0,6	10 almudes
Vinha	Leira	Casal do Vilar	1	0,3	7 almudes
Campinho	Pedaço de Vinha	Casal que está nos Chãos	5	1,3	15 ou 20 de vinho
-	Latada	Casal do cabo			10 de vinho
Vinha	-	Casal da Gandarela	6	1,8	25 de vinho
Resio	Latada em Vinha	Casal de Montelhos			2 de vinho
Pedaço	Vinha boa	Casal de Montelhos	14	4,3	70 ou 80 de vinho
Resio Pequeno	3 vides em latada	Casal de Filim			3 de vinho
Vinha da Eira	Leira de Vinha	Casal de Filim	1	0,3	3 de vinho
Vinha de trás as casas de Filim	Leira de Vinha	Casal de Filim	2	0,6	12 de vinho
-	Leira de Vinha	Casal de Filim	1	0,3	2 de vinho
Casal de Filim	Leira de Vinha	Casal de Filim	2	0,6	8 de vinho
Vinha Nova	-	Casal de Filim	12	3,6	100 de vinho
-	Latada abaixo das casas	Assento de casas em Palmeira			130 de vinho

-	Latada (9 vides)	Assento de casas em Palmeira			3 a 4 de vinho
Vinha		Quintan Santa Maria a Branca	10	3	10 de vinho
Pequeno Resio	Latada	Quintan Santa Maria a Branca			3 de vinho
Vinha	Bacelos	Lugar da Porta de Santiago	12	3,6	30 ou 40 de vinho
-	½ Leira	Casal de Su Ribas			20 de vinho
Vinha Grande e boa	-	Casal de Pereira	8	2,4	40 de vinho
Campo da Eira	Vinha em latada	Casal de Pereiras	3	0,9	20 de vinho
-	Leira e vinha	Casal de Montelhos	1	0,3	10 de vinho
Campo dos Soromenheiros	Bacelos	Casal de Montelhos			15 de vinho
Ante as portas das casas	latada	Casal de Montelhos			10 de vinho

Diferentemente da produção cerealífera, a cultura vinhateira era equilibrada por toda a imediação de Braga (Anexo 4), talvez devido à permissividade do solo para esta cultura específica. Não obstante, o Casal de Montelhos (Montélios), em São Martinho de Dume, era a maior faixa de terra, com mais ou menos 7 hectares, produzindo de 237 a 257 almudes de vinho (4.967,52 a 5.386,72 litros). Era seguido pelo Casal de Filim, com cerca de 5,5 hectares e 128 almudes de vinho (2.682,88 litros).

Em síntese, o nosso minucioso exame não revelou somente os campos de viticultura e o seu volume de produção, mas desvendou a intricada relação entre a quantidade de homens de cavadura e a extensão de terra cultivada, que, num primeiro momento, nos parece bastante equilibrada por toda área abrangida. Mas, mesmo diante da extensiva utilização das propriedades para essas nuances agrícolas, destaca-se a existência de áreas dedicadas exclusivamente à preservação de matérias primas arbóreas conforme veremos a seguir.

2.6 Árvores frutíferas e florestais

À semelhança de muitas cidades medievais, o ambiente ao redor de Braga caracterizava-se pela presença de árvores destinadas à produção de frutas, tanto para o consumo direto quanto para a sua transformação subsequente. De igual modo, algumas estavam vinculadas à exploração de recursos materiais, designadamente as essências florestais.

Neste contexto, as fontes documentais revelam uma diversidade de espécies. Contudo, importa sublinhar que, em relação às árvores frutíferas, encontramos referências a pomares ou fruteiras, sugerindo a existência de um conjunto diversificado de plantas,

dificultando uma categorização detalhada do tipo de fruto. Nota-se, igualmente, a ausência de uma localização específica para os pomares e as fruteiras, dispersas pelas propriedades, como evidenciado no Lugar Acima dos Chão, onde uma leira abrigava "muitos pomares"[98], ou no assento de casas em São Paio de Merelim, onde um pomar contabilizava 29 árvores frutíferas[99], além de uma fruteira e 30 ou 40 pereiras e macieiras no Casal de Montelhos (Montélios)[100], bem como as muitas fruteiras no Casal de Filim[101]. Realça-se, ainda, a menção de 105 árvores fruteiras, salgueiros e videiras em Cacavelos, no assento de casas de São Paio de Merelim, próximo a uma mamoa.

Os dados, mais uma vez, apresentam desafios para uma análise estatística precisa, pois não são expressos de maneira exclusiva em unidades, mas por meio de advérbios e pronomes, como "alguns"[102], "muitas"[103] e "certas"[104]. A proporcionalidade torna-se ainda mais abstrata em casos que abrangem propriedades inteiras[105] ou a "circundar a tapadura"[106]. Por consequência, em consonância com a discussão anterior sobre o perfil de exploração, excluímos o cultivo da videira dedicada à viticultura, motivo pelo qual o cabido priorizou indicar a tipologia de terrenos e o seu resultado em almudes de vinho. Em termos numéricos e proporcionais, nota-se uma predominância de macieiras, seguidas por uveiras. Adicionalmente, outro grupo, menos frequente, era composto por pereiras, figueiras[107], videiras, ameixeiras, laranjeiras, pessegueiros, amoreiras, marmeleiros, zamboeiras, cidreiras e murteiras. Vale destacar um caso específico, em uma vinha no Campo dos Soromenheiros, também no Casal de Montelhos (Montélios), onde havia 7 ou 8 pereiras ou macieiras, inviabilizando a contagem[108].

98 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 33v.

99 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 127.

100 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 15.

101 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fls. 122.

102 No casal que está nos Chãos tem "[...] alguu*n*s carualhos poucos p*er* antre ella [...] (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 77).

103 No casal do Ribeiro, em Ferreiros "[...] tem dentr*o* mujtas pereiras *e* aruores" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 32v).

104 No casal de Sepetelos, que está acima dos chãos, atrás de um pombal "[...] esta huu*m* pum*ar* velho q*ue* tem c*er*tas ameixeiras [..]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 26v).

105 No casal de Urjães, em Cones "[...] esta hu*m*a leira de deuesa q*ue* he toda de p*er* pee *scilicet*. toda de castanho E de carualho [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 52v).

106 Nos moinhos do Salgueiro está "[...] a rredor da tapadura carvalhos q*ue* som p*er*a tapar [...]" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 59v).

107 Uma nota imprescindível diz respeito a três espécie de figueiras que foram mencionadas pela documentação: Figueiras bacorinhas, no Casal do Cabo, em Nogueira – "*J*t*em* a par das casas estam boas duas fig*ue*i*r*as bacorjnha" (A.D.B., *4º Livro de Tombo*... fl. 83v); Figueirinhos pretos, no Lugar da Porta de Santiago – "[...] E hu*m*a laranJeira boa g*r*a*n*de E asy tem p*e*lla dita vi*n*ha huu*n*s figueirjnhos p*r*etos E hu*m*as nugueiras nom boas E asy hu*m*as macieirjnhas E p*er*eiras poucas E huu*m* pedaço de ca*m*po no cabo da vi*n*ha que ja foy vi*n*ha *e* morreo *e* ora esta e*m* ca*m*po q*ue* leua ora de seme*n*te meo alq*ue*ire. (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 130v); e Figueira alvarinha, no Casal de Pereiras, em Lomar – "[...] E do abrego p*ar*te p*er* ho camjnho q*ue* vay da çidade p*er*a gondorijz E tem darredor das cassas da p*ar*te da vi*n*ha hu*m*a fig*ue*i*r*a aluarjnha boa E asy p*e*lla vi*n*ha *e* arredor della mea duzia de ameixeiras *e* mea duzija de p*er*eiras E huu*m* canaueal p*er* huu*m* comoro / E leua de caua – viij homen*s* *e* da de vi*n*ho hu*n*s anno p*e*llos outros [*sic*] – R al*m*udes (A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 148).

108 A.D.B., *4º Livro de Tombo*..., fl. 152v.

Por fim, sublinha-se a referência à existência de árvores de essência florestal, destinada à exploração da madeira[109]. Apesar de desconhecermos o seu uso específico, a madeira encontrava aplicação em diversos domínios, como na construção (Melo e Ribeiro, 2012: 114) ou na produção de diferenciados artefactos de uso corrente. A cobertura florestal, juntamente com as árvores de frutos, dispersava-se pelas propriedades de exploração agrícola, podendo estar fora da cerca, ou à sua porta[110], ou até mesmo na tapadura de um terreno específico ou da propriedade inteira[111]. No entanto, a maior parte estava distribuída por locais resguardados, destinados exclusivamente à preservação destas árvores, numa forma peculiar de bosque conhecida como "devesas" (Barreiro, 1995).

Dos dados compulsados destacam-se, pelas suas proporções, três devesas. Uma com 1.300 a 1.400 árvores, próxima à igreja de Palmeira[112]; a outra fora da cerca do Casal de Sepetelos, que, somada às árvores de dentro do casal, totalizava cerca de 1.000 pés, entre bons e maus[113] e, ainda, a devesa que, dentro e fora da cerca do assentamento de casas, em Palmeira, comportavam, mais ou menos, 3.000 árvores[114].

Por fim, cabe referir que todo o coberto vegetal analisado era composto, praticamente na sua totalidade, por carvalhos, representando aproximadamente 99% do plantio e, em números exatos, contavam-se cerca de 8.719 pés, cuja distinção pode ser explicada pela nobreza da sua madeira (Devy-Vareta, 1985: 48). Além disso, observa-se uma presença modesta de aproximadamente 0,48% de castanheiros (42 pés)[115], cuja incidência podia ser consideravelmente maior, uma vez que não pudemos calcular a sua quantidade na devesa em Palmeira, e nogueiras (15 pés, correspondendo a 0,17%). Também se destaca uma presença notoriamente tênue de ulmeiros, pinheiros e sobreiros[116].

Breves Considerações

A partir da análise meticulosa da exploração agrária conduzida nas propriedades da mesa capitular de Braga entre 1468 e 1510, conforme detalhado no 4.º *Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé*, torna-se manifesto que a zona envolvente da cidade repre-

109 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 152v.

110 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 33v.

111 Acontece em um campo, no Casal da Lama, que está todo cerrado sobre si, e pela tapadura tem "certos carvalhos p*e*ra tap*ar*" (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 47v).

112 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 25v.

113 A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 26v.

114 Dos 3.000 pés da devesa do assentamento de casas em Palmeira, que eram carvalhos e castanheiros, levamos em conta que eram apenas carvalhos, visto que sempre no comparativo os castanheiros era uma margem mínima. Além disso, a outra devesa de 1.300 a 1.400 árvores era composta apenas de carvalhos (A.D.B., *4º Livro de Tombo...*, fl. 123v).

115 Esse número podia ser maior, uma vez que não soubemos calcular a sua incidência na devesa de 3.000 pés em Palmeira.

116 Todos com aproximadamente 0,01%, cuja percentagem corresponde a um pé.

sentava um extenso domínio rural caracterizado por uma atividade agrícola intensa e diversificada.

Ao considerarmos o posicionamento geográfico da cidade, situada entre as bacias hidrográficas do Rio Cávado e Ave, e o substancial volume de produção cerealífera e vinícola, evidencia-se que os solos nos arredores de Braga eram inegavelmente férteis. Destaca-se, ademais, que as propriedades de maiores dimensões estavam localizadas em áreas mais distantes do núcleo urbano, a uma distância de 2 a 3 km. Aquelas mais próximas à cidade, em certa medida, organizavam-se de modo a que a sua produção fosse direcionada para a atividade da viticultura, enquanto os terrenos para semeadura de cereais predominavam nas zonas mais afastadas (Anexos 3 e 4). Neste sentido, é substancial considerar que as videiras compunham, em grande parte, a paisagem rural bracarense nos arredores.

A estrutura organizacional predominante nessas propriedades era conhecida como "casal". A exploração desses casais, apesar de apresentar certas tendências, não seguia um padrão exato. Neles, os caseiros estabeleciam-se em espaços bastante heterogêneos, desempenhando atividades diversas, seguramente alinhadas aos interesses do emprazador e do foreiro. Deste modo, foi possível estimar a quantidade de terrenos existentes para o cultivo, bem como o volume cerealífero, em alqueires para os grãos, e almudes para os vinhos. A compreensão mais criteriosa desse arranjo pode ser alcançada a partir do armazenamento e gestão da informação numa base de dados que contemple a totalidade dos dados dos quatros *Livros de Prazos das Propriedades Cabido da Sé de Braga*, os quais ajudarão certamente a desanuviar a complexidade dessa dinâmica, investigação essa que se encontra em curso[117].

Ainda, comumente situados nos complexos produtivos dos casais, as diversas formas de exploração animal, como o cortelho, cortelha, casa de gado, quinteiros, currais e cortes, manifestam uma atividade muito intensa de criação de gado, essencialmente o gado *vacum*, cavalar e muar, mas não despiciendo a importância do gado porcino, caprino e lanar.

Além disso, a documentação demonstrou uma variedade de espécies de árvores frutíferas espalhadas por toda a região, assim como de espécies florestais, predominantemente composta de carvalhos e, subsequentemente, de castanheiros, muitas delas estabelecidas em bosques destinados à silvicultura, chamados de "devesas".

Por fim, vale referir que todas essas componentes estabeleciam uma dinâmica comercial e económica, em propriedades entrelaçadas por caminhos, vias e pontes, como a Ponte

117 Esta pesquisa está sendo conduzida no âmbito da tese de doutoramento de Thiago Tolfo, sob a orientação da Dra. Maria do Carmo Franco Ribeiro e do Dr. Arnaldo Sousa e Melo, na Universidade do Minho. A tese é intitulada "Evolução urbana e periurbana de Braga entre 1070 e 1510: conectando a cidade medieval e seus subúrbios".

do Prado. Esses caminhos proporcionavam acesso a localidades mais afastadas, como é o caso da vila do Prado, e possibilitavam a circulação de bens e produtos. Esta questão emerge como um ponto de partida para futuras investigações, visando explorar, com maior minúcia, os aspetos ainda não compreendidos sobre a extensão e a natureza dessas interações comerciais que permeavam o espaço agrário e urbano em questão.

Fontes

Arquivo Distrital de Braga. *2º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga.*

Arquivo Distrital de Braga. *3º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido da Sé de Braga.*

Arquivo Distrital de Braga. *4º Livro de Tombo das Propriedades do Cabido da Sé de Braga*.

Referências Bibliográficas

ANTONINI, Mauro (2013) *Sucessão Necessária*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

BARREIROS, M. C. (1995) *A documentación notarial do concello de Noia (ss. XIV-XVI)*. Tese de Doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha.

CASTRO, Armando (1964) *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugalia Editora, vol. 2.

CASTRO, Armando (1965) *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugalia Editora, vol. 3.

COELHO, Maria Helena da Crua (1983) *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: Estudo de história rural*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2000) Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas. In *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra: CHSC, p. 22.40.

CONDE, Sílvio (2000) *Uma paisagem humanizada – O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia, vol. 2.

COSTA, João (2013) Contributo para o estudo dos casais no Entre-Lima-e-Minho nos finais da Idade Média: Rio Frio, Valdevez e Ponte de Lima. In *Paisagens Rurais e Urbanas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, p.183-229.

CUNHA, Maria Cristina Almeida (2005) *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. A Corunha: Editorial Toxosoutos.

DEVY-VARETA, Nicole (1985) Para uma geografia histórica da floresta. Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI). *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, série 1, vol. 1, 47-73.

FONTES, Luís Fernando de Oliveira (2010) Mosteiro de São Martinho de Tibães: o contributo da Arqueologia. In *Congresso Património – Intervenção*. Porto: FEUP / DRCN / IGESPAR, p. 1-16.

GARCÍA SÁNCHEZ, Expiración (1999) La conservación de los produtos vegetables en las fuentes agronómicas andalusíes. In MARÍN, Manuela e WAINES, David, ed., *La alimentación en las culturas islâmicas*. Madri: Agencia Española de Cooperación Internacional, p. 251-293.

GONÇALVES, Iria (1981) Da estrutura do casal nos fins da Idade Média. *História & Crítica*, 7, 60-72.

GONÇALVES, Iria (2002-2003) Um Aldeira de Finais da Idade Média, nas suas Explorações Agrígolas (Puços – Comenda da Ordem de Cristo). *Revista Portuguesa de História*, 36, 201-227.

JIMÉNEZ GÓMEZ, Santiago (1975) Análisis de la terminologia agraria en la documentación del siglo XIII. In *Atas das I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, vol. 2. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela / Servicio de Publicaciones, p. 115-134.

LOPES, Luís Seabra (2000) Medidas Portuguesas de capacidade: duas tradições metrológicas em confronto durante a Idade Média. *Revista Portuguesa de História*, 34, 536-632.

LOPES, Luís Seabra (2018) Sistemas legais de medidas de peso e capacidade: do condado portcalense ao século XVI. *Portvgalia – Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do património da FLUP*, 24, 113-164.

LORENZO VÁZQUEZ, Ramón (1977) Crónica gallega. La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla (s. XIV). Ourense: Instituto de Estudios Oresanos Padre Feijóo, vol. 2.

MARQUES, André Evangelista (2008b) Programa e resultados de uma investigação de mestrado em História Medieval. O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Souro-e-Lima (906-1200). *Medievalista*, 4, 1-12.

MARQUES, André Evangelista (2017) A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: morfologia do casal entre os textos e as materialidades. In BARROCA, Mário Jorge, coord., *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 195-227.

MARQUES, José (1998) A arquidiocese de Braga no século. XV. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

MARTINS, Manuela; MEIRELES, José; RIBEIRO, Maria do Carmo, MAGALHÃES, Fernanda e; BRAGA, Cristina (2011) A água e o património cultural da região de Braga. *Forum*, 46, 5-36.

MELO, Arnaldo Sousa e; RIBEIRO, Maria do Carmo (2012) Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, coord.,

História da Construção – Os Materiais. Braga: CITCEM / LAMOP, p. 127-166.

NOGUEIRA, Alexandra Maria Monteiro (1998) *Formação e defesa do património do cabido de Braga nos finais da Idade Média (1351-1500)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

RIBEIRO, Maria do Carmo (2008) *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma A metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Dissertação de Doutoramento (2 vols). Universidade do Minho, Braga, Portugal. http://hdl.handle.net/1822/8113

RIBEIRO, Maria do Carmo Ribeiro e; FONTES, Luís (2015) The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries. In PEÑIN, Raquel MARTÍNEZ, ed., *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Lleida/Braga: Espai / Temps, Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, p. 29-45. http://hdl.handle.net/1822/39013

RIBEIRO, Maria do Carmo Ribeiro e; MARTINS, Manuela (2016) O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In *Os Espaços da Morfologia Urbana. Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, PNUM 2016. Braga: Universidade do Minho – Escola de Arquitetura, p. 27-38.

TRINDADE, Luísa (2014) A água nas cidades portuguesas entra os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma. In BARTOLOZZI, Lozano; DEL MAR E MÉNDEZ, María e; VICENTE, Hernán, coord., *Patrimonio cultural vinculado con el agua – paisaje, urbanismo, arte, ingenieria y turismo*. Madri: Junta de Estremadura / Editora Regional de Extremadura / Universidade de Extremadura / Ministerio de Economia, Industria y Competitividad, p. 367-380.

UNWIN, Tim (2005) *Wine and the Vine – An Historical Geography of Viticulture and the Wine Trade*. Londres: Routledge.

VANDERMOTTEN, Christian (2010) L'interaction Urbain-rural: une problématique renouvelée. *Journal of Urban Research*, special issue 3, [n.d.].

VERGUEIRO, João Vítor Martins (2016) *Inventário dos Pombais de Uva*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira, Portugal.

VIANA, Mário (1999) Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas. *Arquipélago / História*, 2.ª Série, 3, 487-493.

VIANA, Mário (2007-2008) Alguns preços de cereais em Portugal (séculos XIII-XVI). *Arquipélago. História*, 2.ª série, 11/12, 207-280.

Dicionários

GRIMAL, Pierre (2020) Dicionário da mitologia grega e romana, 1.º ed. (1951). Lisboa: Antígona.

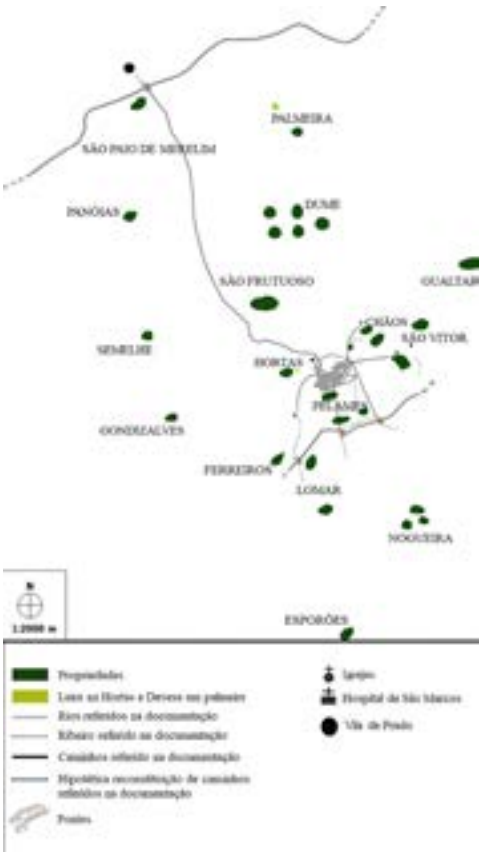
PORTO EDITORA (2021) Dicionário Académico de Latim-Português/Português-Latim. Porto: Porto Editora.

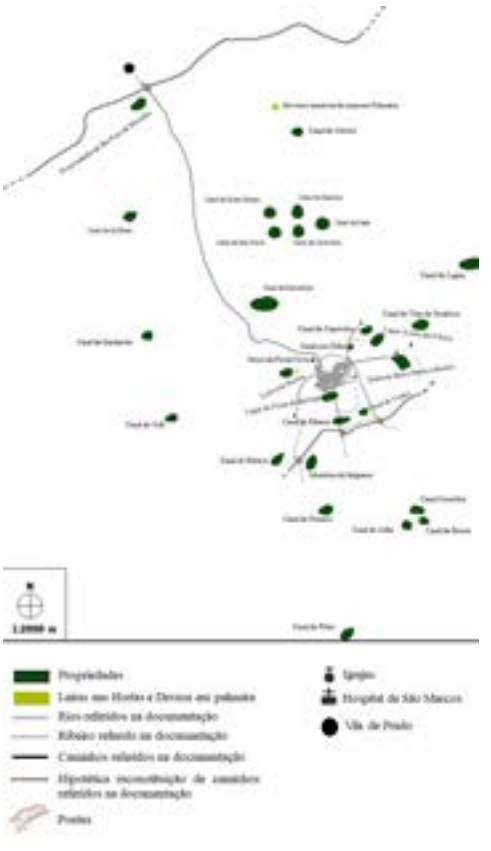
Web Site

STRAVIZ (s.d.) *Dicionário Estraviz*. Acessado as 11:30 de 18 de Outubro de 2023. <<Disponível em: https://estraviz.org/Corte>>.

Anexos

Anexo 1 / Anexo 2





Anexo 3 / Anexo 4

